



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

**DE SESSÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº:
009/2022/CPLO/SUPEL/RO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 0036.102415/2020-61/SESAU/RO

OBJETO: Reforma e Adequação do Prédio do Centro de Referência em Prevenção e Atenção a Dependência Química (CREPAD) para atender o Complexo Regulatório do Estado de Rondônia (GERREG), no município de Porto Velho – RO.

DATA DA SESSÃO: 19/12/2022.

HORÁRIO: 08h.

Aos **dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois às oito horas**, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito a Av. Farquar, nº 2986 - Bairro Pedrinhas - Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9263, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pelas **Portarias nº 09 de 17 de janeiro de 2022 e nº 59 de 06 de junho de 2022**, para proceder ao exame do recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **CK ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA**, contra decisão da Comissão de Licitação que classificou em primeiro lugar a proposta de preços apresentada pela empresa **FOCUS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA** em Ata de Reunião de 01/12/2022, e disponibilizado no site endereço eletrônico www.rondonia.ro.gov.br/supel na mesma data.

I- DAS PRELIMINARES

- 1.) Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **CK ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA**, contra o Resultado do julgamento das propostas de preços referente à **Tomada de Preços nº 009/2022/CPLO/SUPEL/RO**.
- 2.) CONTRARRAZÕES – a empresa **FOCUS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA** apresentou suas contrarrazões tempestivamente.
- 3.) Recurso administrativo com base na Lei Federal nº 8.666/93.

II- DAS FORMALIDADES

Cumpridas as formalidades legais, registra-se que foi cientificado as demais licitantes da existência e trâmite do RECURSO ADMINISTRATIVO interposto, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo Licitatório retro identificado, divulgado o **Aviso de Recurso ID (0034293426)** e o recurso administrativo na íntegra no “site” da SUPEL – www.rondonia.ro.gov.br/supel.

III- DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa **CK ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA** insurge-se contra a decisão da Comissão de Licitação, que classificou em primeiro lugar a proposta de preços apresentada pela empresa recorrida **FOCUS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA** alegando o que segue:

- 1) A empresa requerente afirma que o responsável técnico da empresa recorrida descumpriu o item 17.1.2 alínea "f" do edital tendo em vista que deixou de assinar, segundo a requerente, todas as folhas da planilha sintética além de não colocar o número do seu CREA atualizado.
- 2) Afirma que na fase de habilitação o acervo técnico apresentado pela empresa recorrida, estava em nome do engenheiro civil Abrahaão Henrique Ribeiro, e quem assinou a proposta de preços foi o profissional Silvio Rogério da Silva Jr. Segundo a empresa **CK ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA** o profissional que possui o acervo técnico obrigatoriamente deverá assinar todas as planilhas exigidas para essa segunda fase do certame, descumprindo assim a recorrida a exigência contida no item 16.4 alínea "b".
- 3) ainda que (...) *a empresa Focus apresentou em praticamente todas as composições próprias, coeficientes superior, ao órgão contratante (...)*
- 4) Por fim, a alegação de que (...) *na fase de habilitação já era para ter sido inabilitada, tendo em vista, que deixou de apresentar 2 declarações a comissão (DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PRESAS OU EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL E TAMBÉM A DECLARAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE, EM REGIME SEMIABERTO OU EGRESSAS APTAS AO TRABALHO) (...)*

Nesse contexto, a empresa **CK ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA** REQUER seja reformada a decisão anteriormente proferida em ata pela Comissão de Licitação, e consequentemente desclassificada a proposta comercial apresentada pela empresa **FOCUS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**.

III- a) DA CONTRARRAZÃO

- 1) Alega a empresa recorrida que sua proposta além de ser mais vantajosa para administração pública, não infringiu nenhuma exigência editalícia. (...) *Que a recorrente se vale de uma NARRATIVA que não se sustenta (...)*.
- 2) Segundo a empresa **FOCUS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, as planilhas de preços e o cronograma de execução foram devidamente assinados pelo responsável.
- 3) E ainda que, cai por terra, a alegação trazida no recurso ora interposto, de que o engenheiro civil Silvio Rogério da Silva Jr não é responsável técnico da empresa. Segundo a empresa recorrida tanto o Sr. Abrahaão Henrique Ribeiro quanto o Sr. Silvio Rogério da Silva Jr foram indicados na primeira fase do certame como responsáveis técnicos pela empresa **FOCUS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**.
- 4) Por fim (...) *As composições que usamos como referência para obter preço de referência são valores históricos obtidos pelas instituições, a exemplo do Sinapi. Ora, se a empresa treina melhor seus operários, paga melhores salários, enfim, tem profissionais com melhor desempenho, é muito razoável que os coeficientes das composições sejam diferentes, tanto na quantidade de homens-hora propriamente dito, quanto no desperdício de material (...)*

Registra-se que a empresa recorrida não se pronunciou acerca da alegação da mesma não ter apresentado na fase de habilitação a *DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PRESAS OU EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL E TAMBÉM A DECLARAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE, EM REGIME SEMIABERTO OU EGRESSAS APTAS AO TRABALHO*.

IV- DA ANÁLISE DOS FATOS quanto ao RECURSO:

Após analisar o recurso interposto, a Comissão de Licitação, com base no § 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93, **DECIDIU REFORMAR PARCIALMENTE sua decisão proferida em Ata do dia 01.12.2022**, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, "caput" da Lei 8.666/93, vinculado as condições do edital. Senão vejamos:

Compulsando os autos, constatamos que inserido na documentação de habilitação apresentada pela empresa recorrida, há duas declarações indicando os dois responsáveis técnicos Sr. Abrahaão Henrique Ribeiro e Sr. Silvio Rogério da Silva Jr. Constatamos ainda a assinatura do responsável nos documentos exigidos no edital.

Com relação a alegação de que a empresa recorrida apresentou em praticamente todas as composições próprias, coeficientes superior, ao órgão contratante, segue o que reza o edital:

20.2 DO EDITAL- DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Examinados os conteúdos das Propostas de Preços pela Comissão, serão consideradas desclassificadas aquelas que:

20.2.1 - As propostas com valores unitários e/ou global proposto para os serviços sejam manifestamente excessivos ou inexequíveis serão desclassificadas.

a. Serão considerados manifestamente inexequíveis, as propostas que apresentem nos termos da Lei 9.648, de 27 de maio de 1998, valores inferiores em 70 % (setenta por cento) do menor dos seguintes valores):

b. Da média aritmética dos valores das propostas superiores a 50 % (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou;

c. Valor orçado pela administração.

d. Serão consideradas excessivas, aquelas propostas cujos valores unitários sejam superiores aos estabelecidos na planilha orçamentária, bem como, aquelas cujo valor global ultrapasse **R\$ 1.142.161,70 (um milhão, cento e quarenta e dois mil, cento e sessenta e um reais e setenta centavos)**. Lei 8.666/93 - Art. 48, parágrafo I.

e. Aquelas que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação, bem como as que não apresentarem a cotação de qualquer dos itens da obra.

f. Aquelas que as propostas apresentarem com omissões, rasuras, entrelinhas, erros substanciais de cálculo, preços unitários simbólicos, irrisórios, de valor zero ou incompatíveis comprovadamente com os praticados no mercado, distorções significativas ou ainda cujos elementos técnicos fornecidos não se mostrarem satisfatórios, tendo em vista os indicadores para avaliação determinados e estabelecidos neste Edital, bem como aquelas que não atenderem ao art. 48 da Lei 8.666/93.

g. Não apresentarem todos os itens da Planilha Orçamentária.

h. Apresentarem preços unitários superiores, quantitativos superiores ou inferiores aos constantes da Planilha Orçamentária disponibilizada pela Administração Pública.

20.2.2 - Quando o licitante apresentar preço considerado inexequível a Administração Pública deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

O edital é bem claro, as composições devem refletir o preço estimado na planilha orçamentária, não tendo esta comissão o condão de avaliar detalhes das referidas composições. Destarte, a Licitação tem como premissa basilar conseguir a melhor proposta para Administração, levando em conta os princípios da isonomia, igualdade e economicidade para os cofres públicos. A recorrente invoca o princípio da isonomia para que a comissão dê provimento ao seu recurso. Nunca é demais lembrar que a licitação constitui ato administrativo formal, **ex vi** do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8.666/1993, o que significa dizer que deve seguir o rito disciplinado na lei, dele não podendo se afastar, a que pretexto for. Pela Instrução Normativa SLTI nº 02/08, Art. 29-A, *caput*, deverá ser realizada com o auxílio da planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final de preço” (Art. 29-A, *caput*). E nesse caso, “Erros no preenchimento da Planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a Planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação. Esse procedimento atende aos limites do art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93. Pelo menos, até o presente momento, nenhum órgão competente declarou a ilegalidade dos arts. 24 e 29-A, § 3º da IN nº 02/08. A demais qual seria o prejuízo para a Administração em admitir que a licitante que cotou o menor valor global ajustasse as composições unitárias de insumos indicados em sua planilha de preços que porventura não atendessem aos critérios de admissibilidade fixados no edital, sem a possibilidade de majoração do preço total ofertado? De igual sorte, se fosse assegurada a mesma possibilidade, qual o prejuízo para as demais licitantes, caso incidissem em condição similar destes dois fatores.

Por fim, quanto a afirmação de que a empresa **FOCUS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA** não ter apresentado na fase de habilitação a **DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS**

PRESAS OU EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL E TAMBÉM A DECLARAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE, EM REGIME SEMIABERTO OU EGRESSAS APTAS AO TRABALHO. A CPLO reexaminando a documentação de habilitação apresentada pela empresa recorrida, constatou a procedência da aferição. O princípio da autotutela estabelece que a Administração Pública possui o poder de controlar os próprios atos, anulando-os quando ilegais ou revogando-os quando inconvenientes ou inoportunos. Assim, a Administração não precisa recorrer ao Poder Judiciário para corrigir os seus atos, podendo fazê-lo diretamente.

Este princípio possui previsão em duas súmulas do STF, a 346, que estabelece que “A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos”, e 473, que dispõe o seguinte:

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

V – DA CONCLUSÃO:

De tudo quanto dito, esta Comissão de Licitação conhece o Recurso Administrativo interposto, para parcialmente **negar-lhe provimento**, reformando a decisão anteriormente proferida em Ata de Reunião datada em 14.11.2022 INABILITANDO a empresa **FOCUS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA** com base na Lei Federal nº 8.666/93. Portanto o resultado do julgamento da classificação das propostas de preços do certame em tela conforme quadro abaixo:

EMPRESA	VALOR R\$	CLASSIFICAÇÃO
CK ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA	1.084.283.92	1º
TERRA FORTE EIRELI	1.140.162,83	2º

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada, assinada pela Presidente Substituta e pelos membros da Comissão. Porto Velho/RO, aos **vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois às oito horas e cinquenta minutos**.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

NADIANE DA COSTA LAIA

Presidente Substituta

SAMIR PAIVA DO ESPÍRITO SANTO

Membro

ALINE CRUZ DE OLIVEIRA

Membro Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Presidente**, em 20/12/2022, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samir Paiva do Espirito Santo, Membro**, em 20/12/2022, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aline Cruz de Oliveira, Membro**, em 20/12/2022, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0034519217** e o código CRC **BB0EA40E**.

Referência: Caso responda este(a) Ata, indicar expressamente o Processo nº 0036.102415/2020-61

SEI nº 0034519217